

Relatório 2021

REALIZAÇÃO

Comissão de
Finanças e Tributação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2021

Comissão de Finanças e Tributação

Presidente: Júlio Cesar PSD/PI

1º Vice-Presidente: Sidney Leite PSD/AM

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

TITULARES

Afonso Florence PT/BA

Alê Silva PSL/MG

Alexis Fonteyne NOVO/SP

André Janones AVANTE/MG

Capitão Alberto Neto REPUBLICANOS/AM

Celina Leão PP/DF

Celso Sabino PSL/PA

Eduardo Bismarck PDT/CE

Eduardo Cury PSDB/SP

Enio Verri PT/PR

Fábio Mitidieri PSDB/SE

Fausto Pinato PP/SP

Felipe Rigoni PSB/ES

Fernando Monteiro PP/PE

Gilberto Abramo REPUBLICANOS/MG

Giovani Feltes MDB/RS

Heitor Freire PSL/CE

Júlio Cesar PSD/PI

Luiz Philippe de Orleans e Bragança PSL/SP

Mário Negromonte Jr. PP/BA

Marlon Santos PDT/RS

Newton Cardoso Jr. MDB/MG

Osires Damaso PSC/TO

Sanderson PSL/RS

Sidney Leite PSD/AM

Tia Eron REPUBLICANOS/BA

Tiago Dimas SOLIDARIEDADE/TO

Vicentinho Júnior PL/TO

Vinícius Gurgel PL/AP

Walter Alves MDB/RN

SUPLENTES

Aécio Neves PSDB/MG

AJ Albuquerque PP/CE

Alexandre Leite DEM/SP

Bruna Furlan PSDB/SP

Celso Maldaner MDB/SC

Chiquinho Brazão AVANTE/RJ

Chistino Aureo PP/RJ

Covatti Filho PP/RS

Domingos Neto PSD/CE

Edilázio Júnior PSD

Elias Vaz PSB/GO

Evair Vieira de Melo PP/ES

Fabio Schiochet PSL/SC

Felipe Carreras PSB/PE

Felipe Francischini PSL/PR

Gilberto Nascimento PSC/SP

Gleisi Hoffmann PT/PR

Guiga Peixoto PSL/SP

Igor Timo PODE/MG

Jerônimo Goergen PP/RS

Kim Kataguirí DEM/SP

Lucas Vergilio SD/GO

Luis Miranda DEM/DF

Marcelo Álvaro Antônio PSL/MG

Márcio Labre PSL/RJ

Marco Bertaiolli PSD/SP

Margarete Coelho PP/PI

Merlong Solano PT/PI

Paulo Ganime NOVO/RJ

Pedro Augusto Bezerra PTB/CE

Pompeo de Mattos PDT/RS

Reginaldo Lopes PT/MG

Ricardo Barros PP/PR

Sérgio Souza MDB/PR

Sergio Toledo PL/AL

Silvio Costa Filho REPUBLICANOS/PE

Vermelho PSD/PR

Vitor Lippi PSDB/SP

Zé Neto PT/BA
Zé Silva SOLIDARIEDADE/MG

EQUIPE TÉCNICA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE COMISSÃO

Nivaldo Adão Ferreira Junior

ASSESSORIA POLÍTICA

Rafhael Carvalho Marinho

ASSESSORIA TÉCNICA

Danilo Freire Pires

Geraldo de Souza Fagundes

Gislene de Almeida Vaz

Luiz Renato Costa Xavier

Moema Ramos Cavalcanti Veloso

Thiago Colucci Alves

APRESENTAÇÃO

Após vários mandatos como deputado federal, nos quais sempre fui membro desta Comissão de Finanças e Tributação, fui indicado pelo Líder do meu Partido, o deputado Federal Antônio Brito (PSD/BA), e eleito pelos meus pares Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, tida como a segunda Comissão mais importante desta Câmara dos Deputados.

Comigo, foram eleitos, também, os deputados Eduardo Cury, do PSDB/SP, Pedro Paulo, do PSD/RJ, e Newton Cardoso Jr., do MDB/MG, como Primeiro, Segundo e Terceiro-Vice-Presidentes, respectivamente.

Tínhamos, pela frente, juntamente com os demais membros da Comissão, a missão de ajudar o Brasil a enfrentar a recuperação e retomar o crescimento da economia, que ainda convivia com os impactos negativos da pandemia de Covid-19.

Nesse sentido, tínhamos o dever institucional de encontrar o tênue equilíbrio entre o controle orçamentário dos gastos públicos e a aprovação de propostas legislativas que visassem à retomada do crescimento econômico e a estabilidade financeira do País -

Havia, no acervo desta Comissão, mais de 600 proposições aguardando designação relator e mais de 1.000 proposições para serem deliberadas.

Mal iniciamos nossa jornada, e efeitos de uma terceira onda de contaminação por cepas modificadas do vírus da Covid-19 deterioraram ainda mais o ambiente econômico internacional, se alastrando para o contexto político. Notícias de *Lock Down* na China, na Europa, na América do Norte impactavam os mercados, aceleravam a escalada da inflação e aumentavam o custo de vida dos cidadãos brasileiros. O Congresso Nacional e em especial a Comissão de Finanças e Tributação precisavam dar respostas à altura dos problemas experimentados pela população.

Em virtude dos ainda altos índices de contágio, fomos obrigados a seguir rígidos protocolos de procedimento, alternando reuniões semipresenciais (em que impusemos

limite de participantes com presença física no plenário da comissão) com reuniões totalmente remotas. E, assim, conseguimos implementar ritmo satisfatório de debates e deliberações ao longo do ano de 2021.

De fato, em audiências públicas relevantes, ouvimos o Ministro da Economia acerca de medidas em andamento no Executivo para garantir recursos suficientes para a Saúde; debatemos com os setores produtivos acerca das medidas necessárias para a retomada plena das operações de produção e distribuição dos bens de consumo e serviços; questionamos o setor bancário acerca da elevação das taxas de juros praticadas pelo setor; propusemos a revisão do sistema tributário, com o fito de amenizar o impacto dos impostos na vida dos contribuintes.

Em reuniões deliberativas, aprovamos dezenas de proposições que, considerando o contexto de crise, tinham por escopo fomentar as atividades produtivas e garantir à população ao menos condições dignas para sobreviver ao Vírus e suas nefastas consequências. Como exemplo, citamos o PL 2.541/2021, que propunha a prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia; o PL 4.367/2020, que propunha um décimo quarto salário para aposentados e pensionais, como compensação pelos martírios do Covid-19; e o PL 8.840/2017, que propunha redução de impostos incidentes na importação e comercialização de fertilizantes agrícolas e defensivos agropecuários.

Apesar do difícil momento atravessado, a Comissão de Finanças e Tributação alcançou com êxito sua função de debater os principais problemas enfrentados pelo País e seus membros horaram seus mandatos, elevando ao máximo o sentido da função de representantes do povo brasileiro.

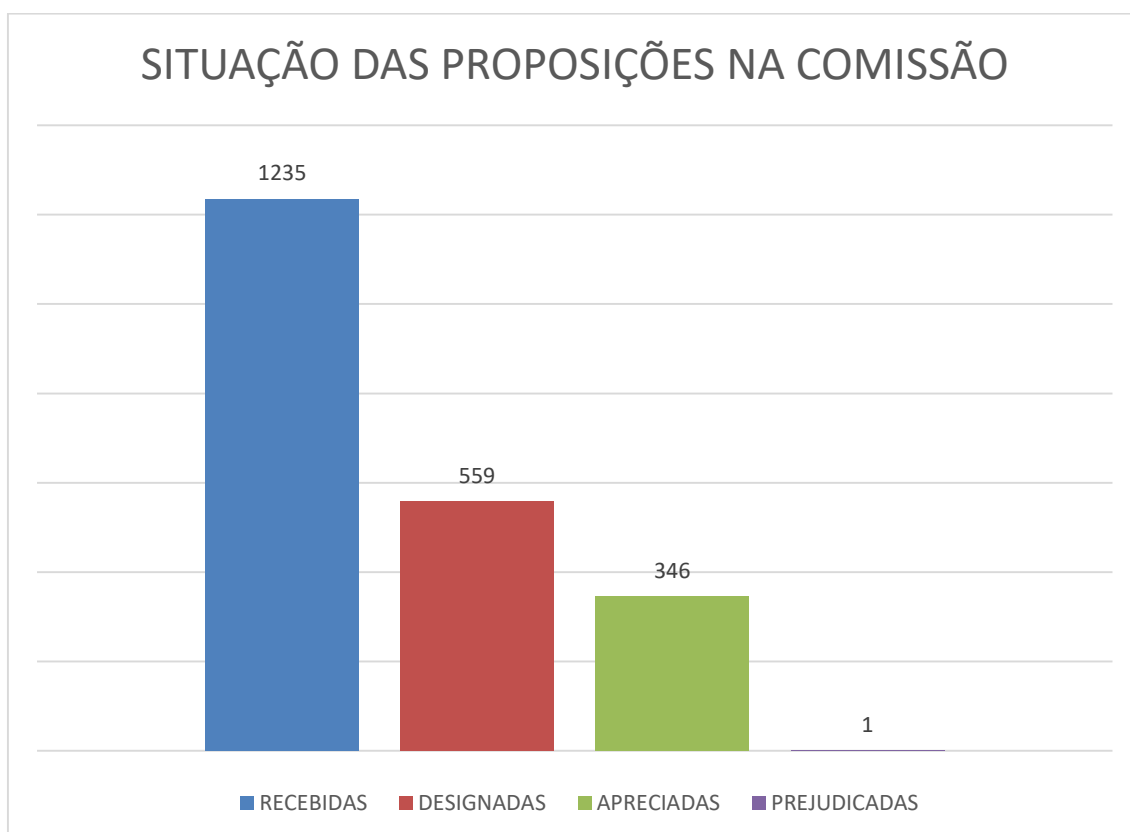
Agradeço aos pares pela oportunidade de conduzir tão seleta colegiado nesse momento singular da história da humanidade.

Deputado JÚLIO CESAR
Presidente

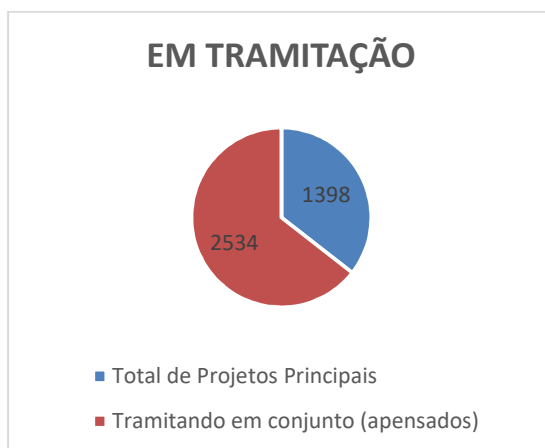
Situação das Proposições na Comissão

RECEBIDAS	DESIGNADAS	APRECIADAS	CONHECIDAS ¹	PREJUDICADAS
1.235	559	346	0	1

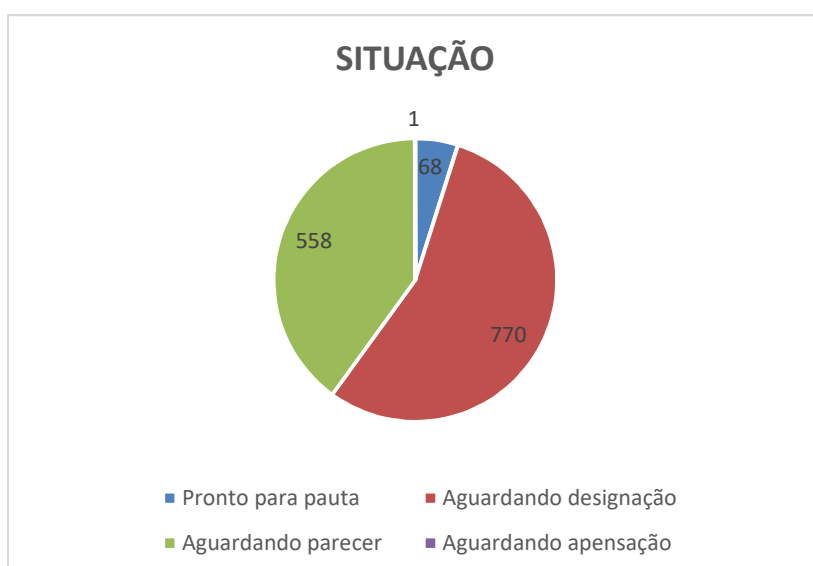
¹ Conhecidas referem-se aos Avisos lidos em Reunião na Comissão.



EM TRAMITAÇÃO	
Total de Projetos Principais	1398
Tramitando em conjunto (apensados)	2534
TOTAL	3932

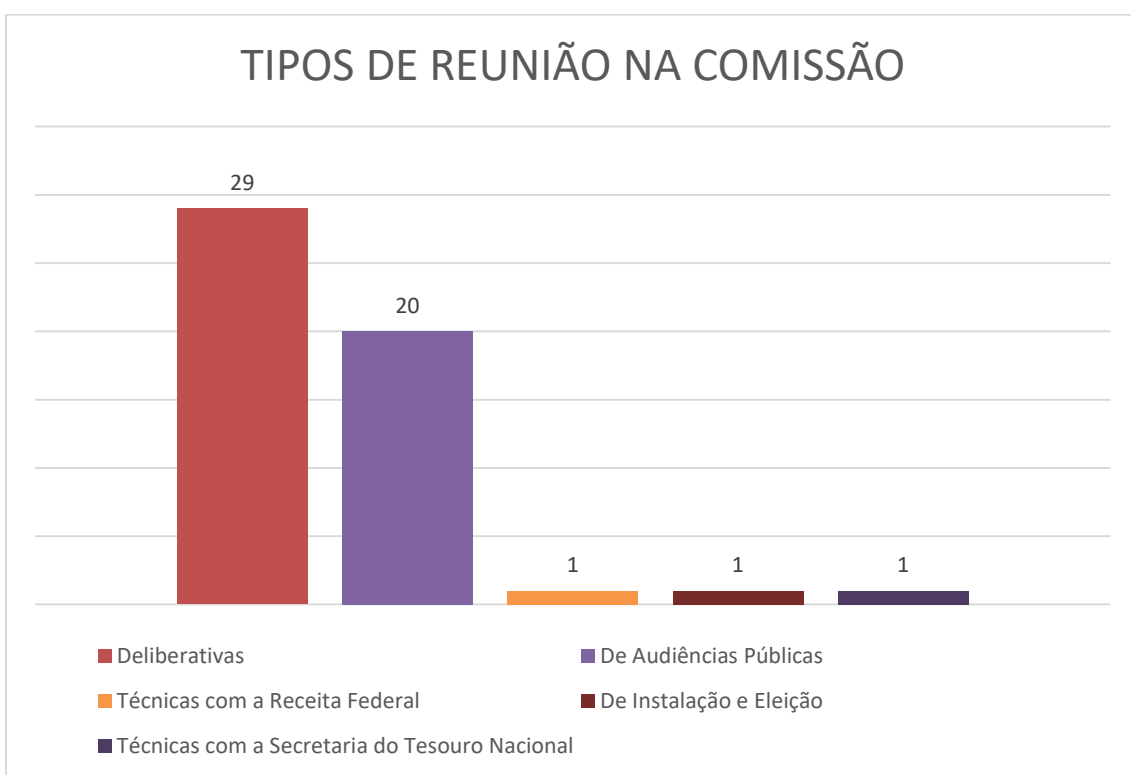


SITUAÇÃO	
Pronto para pauta	68
Aguardando designação	770
Aguardando parecer	558
Aguardando apensação	1



Quantitativo de Reuniões realizadas

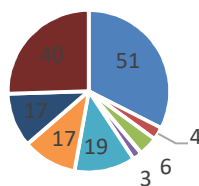
Reuniões	Quantidade
Deliberativas	29
Audiências Públicas	20
Técnicas com a Secretaria da Receita Federal	1
Instalação e Eleição	1
Técnicas com a Secretaria do Tesouro Nacional	1
TOTAL	51



Proposições apreciadas por tipo de parecer

Parecer pela	Quantidade
Incompatibilidade e/ou inadequação financeira e orçamentária	51
Compatibilidade e/ou adequação financeira e orçamentária	4
Compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação	6
Compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição	3
Não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária	19
Não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação	17
Não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição	17
Outros pareceres	40
TOTAL	157

PROPOSIÇÕES APRECIADAS POR TIPO DE PARECER



- Incompatibilidade orçamentária
- Compatibilidade orçamentária
- Compatibilidade orçamentária e pela aprovação
- Compatibilidade e pela rejeição
- Não implicação orçamentária
- Não implicação orçamentária e pela aprovação
- Não implicação orçamentária e pela rejeição
- Outros pareceres

Proposições Apreciadas

Comissão		Apreciadas com Parecer:		Total
		pela Aprovação	pela Rejeição	
Comissão Permanente	CFT	159	118	277
Comissão Permanente - Total		159	118	277
TOTAL GERAL		159	118	277

* Os quantitativos apresentados correspondem às quantidades de pareceres votados nas comissões. Cada Comissão aprecia uma proposição concluindo por um parecer pela aprovação ou pela rejeição da matéria. Uma mesma proposição poderá tramitar em mais de uma comissão de acordo com seu campo temático nos termos da distribuição feita pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Proposições com Apreciação Conclusiva Aprovadas

Tipo Proposicao	Situação	Total
Projeto de Lei	Remetido à Sanção	10
	Remetido ao Senado Federal	3
TOTAL		13

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

04/05/2021

Audiência Pública com o Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes

Foto: Gustavo Sales/ Câmara dos Deputados



Em reunião semipresencial, ouviu-se, em reunião conjunta, o ministro da Economia, Senhor Paulo Guedes, que disse aos deputados de quatro comissões da Câmara (Educação; Finanças e Tributação; Seguridade Social e Família; Trabalho, Administração e Serviço Público) que as prioridades do governo para 2021 são "saúde, emprego e renda". "Não pode faltar dinheiro para a saúde", afirmou.

O Ministro informou que, em 2021, a arrecadação aumentou e os empregos formais cresceram, indicando um cenário positivo para a economia. Guedes pediu à sociedade mais tolerância em relação aos resultados econômicos. "Mais respeito, mais tolerância para escaparmos dessa espiral de ódio."

Ao falar sobre o ano de 2020, Guedes disse que ficou mais evidente a importância de programas de ajuda direta como o Bolsa-Família.

Fonte: Agência Câmara de Notícias (adaptação de texto pela CFT)

Reportagem - Sílvia Mugnatto

Edição - Natalia Doederlein.

05/05/2021

**Atualização da tabela de imposto de renda e do teto do lucro
presumido**

Foto: Gustavo Sales / Câmara dos Deputados



Em 05 maio de 2021, a Comissão de Finanças e Tributação realizou audiência pública requerida pelos deputados Jerônimo Goergen (PP/RS), Eduardo Cury (PSDB/SP), Enio Verri (PT/PR) e Ruy Falcão (PT/SP) para debater a atualização da tabela do Imposto de Renda.

Várias entidades participaram dos debates, entre elas a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. O debate, segundo o deputado Enio Verri, é atual e se faz necessário, no entanto, é necessário coragem para mudar o paradigma do sistema tributário brasileiro e tributar a renda, ao invés do consumo.

19/05/2021

Comissão realiza debate sobre advogados sócios e associados

Foto: Gustavo Sales / Câmara dos Deputados



Ainda dentro do mês de Maio, colocou-se em debate o PL 3736/2015, que propunha a regulamentação da figura do advogado associado, em contraposição à situação do advogado empregado. Os debatedores defensores da proposta defendem que a nova figura garante aos profissionais da advocacia maior simplicidade contratual e tributária, simplificando as relações de trabalho.

Aqueles que se opunham ao projeto temiam a precarização dessas mesmas relações de trabalho e da supressão de direitos, além da possibilidade de demissão de advogados pelos escritórios que desejassem diminuir a carga de compromissos tributários e previdenciários.

02/06/2021

Debater e discutir os impactos provenientes do PLP nº 5/2021

Foto: Cleia Viana/ Câmara dos Deputados



Em uma série de três audiências públicas, realizadas em 02, 16 e 23 de junho de 2021, a Comissão de Finanças e Tributação discutiu com especialistas acerca dos efeitos do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 5, de 2021. A proposição propunha a prorrogação, por mais 10 anos, da validade de incentivos tributários concedidos irregularmente por estados e pelo Distrito Federal a empresas do comércio, beneficiando especialmente os grandes atacadistas. Caso não fosse convertido em lei, esses benefícios votariam à ilegalidade a partir do mês de dezembro de 2022.

O tema guardava correlação com a Reforma Tributária, com a guerra fiscal e, devido ao contexto da pandemia, com a preocupação em não deteriorar ainda mais a economia nacional.

Em reuniões sempre concorridas, foram ouvidos representantes dos setores beneficiados com a possível aprovação da proposição, representantes do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e DF (Comsefaz); da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad); da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Além disso, a Comissão contou com a presença dos Governadores dos Estados do Piauí, do Espírito Santo e com Secretários de Fazenda dos estados de São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo.

18/06/2021

A atuação dos Agentes Autônomos de Investimento no mercado de capitais

Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados



A requerimento do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados realizou Audiência Pública para debater a possibilidade de constituição de sociedades empresariais com sócios sem a certificação exigida pela Comissão de Valores Mobiliários para agentes de investimentos.

25/08/2021

Discutir o Projeto de Lei nº 2.541/2021

Foto: Billy Boss/ Câmara dos Deputados



A requerimento dos deputados Lucas Redecker (PSDB-RS) e Jerônimo Goergen (PP-RS), A comissão de Finanças e Tributação discutiu o Projeto de Lei 2.541/2021, que propunha a prorrogação do prazo quanto à contribuição patronal previdenciária sobre receita bruta.

Esse era mais uma proposição inseridas como paliativos às dificuldades que as empresas e o setor econômico experimentavam durante a crise do Covid-19. Compareceram ao debate representantes da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais, da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, da Associação Brasileira de Proteína Animal, do Centro Internacional de Convenções do Brasil e da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados.

27/08/2021

Debater a tributação sobre o tabaco

Foto: Billy Boss/ Câmara dos Deputados



A requerimento da Deputada Federal Tia Eron (Republicanos/BA), a Comissão de Finanças e Tributação realizou audiência Pública para debater a tributação incidente sobre produção e comercialização de produtos oriundos do Tabaco.

O intuito do debate era verificar a possibilidade/necessidade de se onerar ainda mais a cadeia tributária como medida de correção das distorções existentes entre o arrecadado com a tributação desses produtos e os gastos com saúde que o Estado Brasileiro suporta em decorrência de doenças relacionadas ao uso de produtos derivados da corrente do tabaco.

01/09/2021

Papel funcional do BACEN na gestão das políticas econômica e monetária

Foto: Cleia Viana / Câmara dos Deputados



A Comissão de Finanças e Tributação ouviu o Banco Central para ouvir a função dessa Agência na condução da gestão das políticas econômicas e monetárias.

A audiência foi fruto de requerimento apresentado pelo presidente da Comissão, Deputado Júlio César (PSD/PI) com o intuito de proporcionar o estreitamento de laços entre a Comissão e o Banco Central do Brasil.

10/09/2021

**PL 7877/17 - Utilização do Sistema Financeiro Nacional
para a prevenção da prática de ilícitos**

Foto: Cleia Viana / Câmara dos Deputados



Em 10 de setembro de 2021, realizou-se audiência pública remota na Comissão de Finanças e Tributação para debater a possibilidade de utilização do SFN para a prevenção de ilícitos financeiros. O debate foi fruto do requerimento do deputado Ganime (NOVO/RJ), que também presidiu a reunião.

Foram debatedores o sr. Leandro Vilain – Diretor de Negócios e Operações da Federação Nacional dos Bancos – FEBRABAN; e o sr. Marcelo Issa – Membro do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil e Hélio Coutinho Beltrão – Presidente do Instituto Mises Brasil.

15/09/2021

Projeto de Lei nº 472, de 2007

Foto: Gustavo Sales / Câmara dos Deputados



Em 15 de setembro de 2021, debateu-se na Comissão de Finanças e Tributação o Projeto de Lei nº 472, de 2007, que autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias. A reunião de Audiência Pública foi fruto de requerimento de autoria do presidente da Comissão, deputado Júlio César (PSD/PI).

Debateram a matéria Bruno Lobato, Diretor Regional - Sudeste da Associação dos Empresários Lotéricos – ALSPI, Marco Antônio Queiroz, Secretário de Estado da Secretaria de Fazenda do Estado de Sergipe, Maria das Graças Vasconcelos Cavalcanti, Diretora para o Nordeste da Associação Nacional dos Lotéricos, Correspondentes Bancários e Empresários Ligados a Jogos – ALSPI, Marcel Rabello, Advogado da Associação Brasileira das Loterias Estaduais – ABLE.

29/09/2021

Crescimento da inflação no contexto da pandemia e suas implicações

Foto: Billy Boss / Câmara dos Deputados



Sob a presidência do Deputado Ênio Verri (PT/SP), a Comissão de Finanças e Tributação debateu em audiência pública virtual o crescimento dos índices inflacionários brasileiros em decorrência da pandemia de Covid.

Foram debatedores Patrícia Costa, Supervisora da Área de Preços do DIEESE e Guilherme Melo, Professor da UNICAMP.

06/10/2021

Implantação do tax free no Brasil

Foto: Gustavo Sales / Câmara dos Deputados



Sob a presidência do Deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), realizou-se reunião de Audiência Pública para debater a Implantação do Tax Free no Brasil.

Foi convidado para expor o tema o senhor Sandro de Vargas Serpa – Subsecretário de Tributação e Contencioso da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil RFB.

20/10/2021

Debater o Projeto de Lei nº 4.334/2020

Foto: Gustavo Sales / Câmara dos Deputados



A requerimento do deputado Kim Kataguiri (DEM/SP), foi realizada reunião virtual de audiência pública para debater Projeto de Lei nº 4.334/2020, que estabelece teto nacional de emolumentos para registro de garantias vinculadas às cédulas de formalização das operações de financiamento rural e fixa regras para a implementação e operação do sistema de registro eletrônico de imóveis e sua interoperabilidade com o sistema de registro ou depósito eletrônico centralizado de ativos financeiros e de valores mobiliários.

Palestraram acerca do tema Antonio Galvan, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil; Jair Carlos Smargiasse Junior, Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; Rodrigo de Oliveira Kauffmann, Consultor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Elmucio Moreira, Representante da Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG BR; e Flauzilino Araújo dos Santos, Presidente do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – ONR.

27/10/2021

Discutir o Projeto de Lei nº 3.375/2021

Foto: Cleia Viana / Câmara dos Deputados



A requerimento do deputado Vermelho (PSD/PR), foi realizada reunião virtual de audiência pública para debater Projeto de Lei nº 3.375/2021, que dispõe sobre o aproveitamento de créditos presumidos acumulados no âmbito do PIS/Pasep e da Cofins por empresas e cooperativas produtoras de arroz.

Foram convidados para debater o tema Márcio Cecon, contador; Andressa Silva, Diretora Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Arroz – Abiarroz; e Elio Jorge Coradini Filho, Presidente do Sindicato da Indústria do arroz no Estado do Rio Grande do Sul – Sindarroz/RS.

03/11/2021

Projeto de Lei nº 1.015/2015

Foto: Gustavo Sales / Câmara dos Deputados



Iniciando o mês de novembro de 2021, a Comissão de Finanças e Tributação debateu em audiência Pública virtual o Projeto de Lei de nº 1.015/2015, que propõe piso para a profissão de psicólogo.

Participaram dos debates, representando a sociedade civil, Teresa Gutierrez, Consultora Jurídica da Associação Nacional de Hospitais Privados – Anahp; Breno de Figueiredo Monteiro, Presidente da Confederação Nacional de Saúde – CNS e Mirocles Campos Vêras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB.

01/12/2021

Projeto de Lei nº 2.632/2021

Foto: Marina Ramos / Câmara dos Deputados



A requerimento do Deputado Felipe Rigoni, foi realizada a Audiência Pública para a discussão do Projeto de Lei 2.632/2021, que propõe o fim da exclusividade na prestação de serviços por agentes autônomos de investimento e para autorizar a admissão de sócios não agentes autônomos de investimento no capital social das pessoas jurídicas constituídas para o fim de prestação desses serviços.

Estavam presentes, na qualidade de expositores, Diego Ramiro, Presidente da Associação Brasileira de Agentes Autônomos de Investimentos – ABAAI; Francisco Amarante, Superintendente da Associação Brasileira de Agentes Autônomos de Investimentos – ABAAI e Alfredo Sequeira Filho - Representante do Assesores de Investimentos Livres - Als Livres.

02/12/2021

Avaliação de imóveis e a Resolução BACEN nº 4.754/2019

Foto: Paulo Sergio / Câmara dos Deputados



A última Reunião de Audiência Pública realizada em 2021 foi presidida pela deputada do Distrito Federal, Celina Leão (PP/DF) e tratou da prescindibilidade da avaliação de imóveis por profissionais habilitados, constante de resolução do Banco Central nº 43754/2019.

Houve a participação, na qualidade de expositores de Felipe Derzi, Chefe Adjunto do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil – Bacen; Nilton de Lima, Conselheiro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU; José Gilberto Campos, Secretário da Secretaria de Relações Institucionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do DF – Crea/DF; Nelson Al Assal, Diretor de Normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; Annibal Lacerda, Conselheiro do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea; Karine Bastos, Presidente da Associação Brasileira de Avaliação e Perícia – ABAP; Daniel Gersten, Subsecretário de Política Microeconômica e Financiamento da Infraestrutura

Substituto do Ministério da Economia; e Luciano Ventura, Representante IBAPE/PR vice-presidente de Relações Institucionais.

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

*Parecer pela incompatibilidade e/ou inadequação
financeira e orçamentária*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 208/2019 - da Sra. Elcione Barbalho - que "obriga a União a repassar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios os recursos equivalentes às doações feitas pela República Federativa do Brasil a outros países".

PROJETO DE LEI Nº 7.990/2014 - do Tribunal Superior Eleitoral - que "cria cargos efetivos nos quadros de pessoal dos tribunais eleitorais, destinados às unidades de tecnologia da informação".

PROJETO DE LEI Nº 6.923/2017 - da Sra. Rosinha da Adefal - que "acrescenta artigo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão), para dispor sobre as campanhas de conscientização pública a que se refere o art. 8º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009". (Apensados: PL 6972/2017 (Apensado: PL 8553/2017), PL 7105/2017 e PL 10138/2018)

PROJETO DE LEI Nº 5.017/2005 - do Sr. Cabo Júlio - que "inclui um Capítulo V-A, no Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, versando sobre garantias dos integrantes da polícia militar e dos corpos de bombeiros militar". (Apensados: PL 5570/2005 (Apensados: PL 7453/2006, PL 1702/2007 e PL 4682/2009), PL 6545/2006, PL 6994/2006 e PL 1022/2007 (Apensado: PL 1453/2011))

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Garantindo ao Policial Militar e ao Bombeiro Militar, morto no cumprimento do dever, em serviço ou não, o pagamento de uma indenização correspondente a três meses de sua última remuneração.

PROJETO DE LEI Nº 462/2015 - do Sr. Padre João - que "acrescenta parágrafo ao artigo 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Destina percentual de recursos provenientes de multas ao empregador para investimento em equipamento e modernização de setores de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.

PROJETO DE LEI Nº 5.803/2016 - do Sr. Rafael Motta - que "altera o Art. 35, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Considera como dependente para efeito de imposto de renda a pessoa com deficiência mesmo que exerça atividade remunerada

PROJETO DE LEI Nº 9.981/2018 - da Sra. Norma Ayub - que "altera a alínea "a" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir os pagamentos efetuados a cuidadores de idosos e as despesas com atividades de assistência a idosos prestadas em residências coletivas e particulares nas deduções permitidas para efeito de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas". (Apensado: PL 2615/2019)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 229/2020 - da Sra. Adriana Ventura - que "estabelece critérios proporcionais para divisão das emendas de bancada, com amparo nos dispositivos da Constituição Federal referenciados no § 12, do art. 166, e no inciso III, do § 9º do art. 165".

PROJETO DE LEI Nº 960/2015 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria o cargo de Vice-Corregedor Regional no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região".

PROJETO DE LEI Nº 7.908/2014 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e dá outras providências"

PROJETO DE LEI Nº 3.728/2012 - do Sr. Ariosto Holanda e outros - que "dispõe sobre o apoio tecnológico a micro e pequenas empresas e dá outras providências".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera as Leis: nº 10.973, de 2004; nº 11.196, de 2005; nº 11.540, de 2007 e a Lei nº 11.892, de 2008.

PROJETO DE LEI Nº 9.371/2017 - do Sr. João Daniel - que "dispõe sobre a compensação financeira para as áreas sociais nos casos de benefícios tributários concedidos pela União".

PROJETO DE LEI Nº 7.054/2017 - do Sr. Fábio Mitidieri - que "altera o caput do art. 1º da Lei nº 12.799, de 10 de abril de 2013, para incluir a isenção de pagamento de taxas para a inscrição em processos seletivos também nas instituições federais de ensino básico e profissional".

PROJETO DE LEI Nº 3.487/2019 - do Sr. Gilberto Abramo - que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o fundo Nacional de Segurança Pública, para conceder incentivo habitacional aos profissionais de segurança pública".

PROJETO DE LEI Nº 2.517/2011 - do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - que "dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, fixa os valores de sua remuneração, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 3.084/2020 - do Sr. Orlando Silva e outros - que "autoriza o Poder Executivo Federal a adquirir o controle acionário da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.- EMBRAER e dá outras providências. "

PROJETO DE LEI Nº 2.292/2020 - do Sr. Ted Conti - que "acrescenta dispositivo à Lei nº 13.979, de 6 de janeiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para dispor sobre a garantia de acomodações aos profissionais de saúde enquanto perdurarem os efeitos do estado de calamidade pública".

PROJETO DE LEI Nº 212/2019 - do Sr. Roberto de Lucena - que "dispõe sobre benefícios na área do imposto de renda concedidos em operações de apoio a programas de erradicação do analfabetismo".

PROJETO DE LEI Nº 3.794/2019 - do Sr. Júnior Mano - que "dispõe sobre a Isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados nas aquisições de materiais e equipamentos destinados às escolas de windsurf, kitesurf e stand up paddle". (Apensado: PL 4434/2020)

PROJETO DE LEI Nº 3.399/2015 - do Sr. Alex Manente - que "dispõe sobre o valor máximo do veículo adquirido por pessoa com deficiência e autoriza aquisição de veículo com isenção nos casos de ser vítima de crime ou acidente com perda total do veículo".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 8.989, de 1995.

PROJETO DE LEI Nº 5.163/2013 - dos Srs. Otavio Leite e Samuel Moreira - que "determina que a União e os Estados recolham aos Municípios os recursos gastos por estes referentes a prestação de serviços de competência da União e dos Estados".

PROJETO DE LEI Nº 2.290/2019 - do Sr. Felipe Carreras - que "dispõe sobre o reajuste das bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa".

PROJETO DE LEI Nº 6.613/2009 - do Supremo Tribunal Federal - que "altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Denomina o Oficial de Justiça Avaliador da União; altera a denominação da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) para Gratificação Judiciária; extingue a possibilidade de opção pela remuneração do cargo efetivo para os servidores no exercício de funções comissionadas; limita o maior vencimento básico da categoria a setenta e cinco por cento do subsídio de Juiz Federal Substituto; enquadra os servidores da categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos e confere fé pública às carteiras de identidade funcional dos órgãos do Poder Judiciário.

*Parecer pela compatibilidade e/ou adequação financeira
e orçamentária*

PROJETO DE LEI Nº 5.298/2016 - do Sr. Daniel Vilela - que "acresce dispositivo à Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para responsabilizar financeiramente o motorista que pratica crime de homicídio ou lesão corporal com capacidade psicomotora alterada em razão de influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência". (Apensado: PL 7889/2017)

PROJETO DE LEI Nº 5.465/2020 - da Sra. Iracema Portella - que "institui Política Nacional de Formação de Docentes da educação básica para as tecnologias da informação e comunicação (PDTIC)".

PROJETO DE LEI Nº 3.234/2019 - do Sr. Damião Feliciano - que "autoriza a criação de Regiões Especiais de Turismo, nas condições que especificas".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 215/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 430/2020) - que "aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020".

PROJETO DE LEI Nº 6.028/2019 - do Sr. Neri Geller - que "estabelece a obrigatoriedade do uso de cães farejadores pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no combate ao ingresso de produtos de interesse agropecuário de uso proibido, restrito, controlado ou que ofereça risco agropecuário, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 2.104/2011 - do Sr. Diego Andrade - que "altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios, para permitir a transmissão do benefício aos dependentes hipossuficientes". (Apensados: PL 2962/2011, PL 3303/2012, PL 4907/2012, PL 1929/2015 e PL 2330/2015)

PROJETO DE LEI Nº 4.034/2019 - do Senado Federal - Antonio Anastasia - que "dispõe que os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens não serão considerados renda para fins de elegibilidade a programas socioassistenciais".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.258/2013 - do Sr. José Guimarães e outros - que "dispõe sobre a convocação de plebiscito para decidir sobre temas da Reforma Política". (Apensados: PDC 1286/2013 e PDC 1508/2014)

*Parecer pela compatibilidade e adequação financeira e
orçamentária e, no mérito, pela aprovação*

PROJETO DE LEI Nº 4.157/2019 - do Sr. Laercio Oliveira - (PLC 96/2018) - que "anula débitos tributários oriundos de multas que especifica".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 130/2015 - do Sr. Dagoberto - que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que confere tratamento especial às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 604/2017 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 578/2016) - que "aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, celebrado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014".

PROJETO DE LEI Nº 367/2019 - do Sr. Alceu Moreira - que "institui o Fundo Nacional do Desenvolvimento Rural e Produção Agrícola e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 2.541/2021 - do Sr. Efraim Filho - que "altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 10.865 de 2004.

PROJETO DE LEI Nº 5.999/2019 - do Senado Federal - Alvaro Dias - (PLS 39/2017) - que "altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) os oriundos dos contratos de transferência de tecnologias e dos licenciamentos para exploração comercial de tecnologias, de produtos, inclusive cultivares protegidos, de serviços e de direitos de uso da marca e para dispor sobre a aplicação desses recursos".

PROJETO DE LEI Nº 1.406/2015 - do Sr. Joaquim Passarinho - que "dispõe sobre a transferência legal de recurso financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para mitigar os efeitos da renúncia tributária referente ao Imposto sobre Produtos Industrializados-IPi sobre as transferências para os Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal, os Fundos de Participação dos Municípios e os Fundos de Desenvolvimento Regionais".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 253/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 644/2020) - que "aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico sobre o Estabelecimento de Escritório da Organização no Brasil, assinado em Paris, em 8 de junho de 2017".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 355/2020 - do Sr. Alceu Moreira - que "susta a Solução de Consulta Interna nº 2 – Cosit de 29 de abril de 2019 que dispõe sobre Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 963/2018 - do Sr. José Guimarães - que "susta, nos termos do art 49, V, da Constituição Federal, a vigência dos arts. 1º e 3º do Decreto n. 9.391, de 30 de maio de 2018, do Presidente da República, que alteram o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que trata das alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível".

PROJETO DE LEI Nº 2.026/2021 - do Sr. Delegado Pablo - que "autoriza a União a realizar contratação de parceria público-privada, para concessão patrocinada, precedida de licitação, dos seguintes empreendimentos públicos federais do setor aeroportuário, localizados no Estado do Amazonas".

Parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 867/2017 - do Sr. Nelson Pellegrino - que "susta os efeitos da Portaria Ministerial nº 501, de 23 de novembro de 2017 do Ministério da Fazenda".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Susta a Portaria que trata da nova metodologia de avaliação da capacidade de pagamento (CAPAG) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

PROJETO DE LEI Nº 8.977/2017 - do Sr. Célio Silveira - que "altera o art. 24, inciso XX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, a fim de disciplinar a hipótese de licitação dispensável na contratação de associação de pessoas com deficiência".

Parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária

PROJETO DE LEI Nº 2.810/2008 - do Sr. Silas Câmara - que "cria a obrigação de instalação de gerador de energia em hospitais do SUS". (Apensado: PL 6627/2009)

PROJETO DE LEI Nº 3.914/2020 - do Sr. Hiran Gonçalves e outros - que "altera as Leis nº 13.463, de 06 de julho de 2017, e nº 13.876, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre o pagamento de honorários periciais".

PROJETO DE LEI Nº 4.806/2019 - do Sr. Silas Câmara - que "altera a Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002".

PROJETO DE LEI Nº 2.942/2011 - da Sra. Flávia Moraes - que "cria o Programa Federal de Incentivo ao Trabalho Educativo - PROJOVEM para assegurar estágio remunerado".

PROJETO DE LEI Nº 1.003/2011 - do Sr. Guilherme Mussi - que "cria a figura do Vigilante Ambiental Voluntário em caráter nacional".

PROJETO DE LEI Nº 231/2019 - do Sr. Roberto de Lucena - que "altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para ampliar as fontes de financiamento do setor turístico".

PROJETO DE LEI Nº 1.003/2011 - do Sr. Guilherme Mussi - que "cria a figura do Vigilante Ambiental Voluntário em caráter nacional".

PROJETO DE LEI Nº 5.174/2016 - do Sr. Eduardo Barbosa - que "altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre as hipóteses de suspensão de transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social".

PROJETO DE LEI Nº 1.861/2019 - da Sra. Aline Sleutjes - que "dispõe sobre o tratamento fisioterápico por eletroestimulação de pacientes com mielomeningocele no Sistema Único de Saúde"

PROJETO DE LEI Nº 1.908/2020 - da Sra. Alê Silva - que "cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Corrupção - CNPCC e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 4.579/2009 - do Sr. Dr. Pinotti - que "altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para ampliar o prazo máximo do estágio para três anos e para tornar obrigatória a concessão de auxílio-alimentação ao estagiário pela empresa concedente". (Apensados: PL

5094/2009, PL 5262/2009 (Apensado: PL 4273/2012), PL 4443/2012, PL 4598/2012 e PL 4813/2012)

PROJETO DE LEI Nº 8.949/2017 - do Sr. Rôney Nemer - que "altera o §4º do art. 43 e o art. 101 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar o segurado de avaliação periódica das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente, e o art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispensar o beneficiário do Benefício de Prestação Continuada - BPC da revisão da avaliação médico-pericial das condições que lhe deram origem". (Apensados: PL 10570/2018 (Apensado: PL 1207/2019), PL 5061/2019, PL 2490/2020 e PL 4026/2020 (Apensado: PL 2641/2021))

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 334/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 444/2019) - que "aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Astana, em 20 de junho de 2018".

PROJETO DE LEI Nº 3.362/2019 - do Sr. Marcelo Calero - que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 para promover treinamento e conscientização para servidores dos órgãos de segurança pública, membros do Ministério Público e agentes da Receita Federal que atuam em aduanas e Policiais Rodoviários Federais, acerca do enfrentamento ao tráfico ilícito de bens culturais".

PROJETO DE LEI Nº 10.776/2018 - do Sr. Hildo Rocha - que "dá nova redação ao inciso I do art. 80 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para determinar que o Instituto Nacional do Seguro Social envie anualmente aos segurados e às empresas o extrato do recolhimento de contribuições previdenciárias". (Apensado: PL 3162/2019)

Parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 388/2017 - do Sr. Edio Lopes - que "altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), para tratar das transferências voluntárias relacionadas à execução de ações em faixas de fronteira".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 86/2019 - do Sr. Hugo Leal - que "altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para permitir ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ deliberar, por maioria simples dos representantes das Unidades da Federação, sobre benefícios fiscais destinados à implementação dos direitos das pessoas com deficiência previstos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 219/2019 - do Sr. João Roma - que "dispõe sobre a destinação dos saldos financeiros existentes nas contas correntes específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos aos Programas e Projetos sob a gestão da União".

PROJETO DE LEI Nº 5.736/2019 - do Senado Federal - José Serra - (PLS 467/2018) - que "altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para prever a realização de procedimento de cobrança previamente à inscrição do débito em dívida ativa".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 446/2017 - do Sr. Walter Alves - que "assegura a participação permanente de representantes dos Estados e do Distrito Federal na discussão das propostas e planos orçamentários da União e na definição dos investimentos e obras decorrentes".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 202/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 637/2019) - que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, assinado em Brasília, em 12 de agosto de 2016".

PROJETO DE LEI Nº 10.592/2018 - da Sra. Soraya Santos - que "altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir a Neuromielite Óptica/Espectro da Neuromielite Óptica - NMO/ENMO entre as doenças que permitem a concessão, sem período de carência, de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez; altera o inciso XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de neuromielite óptica e do espectro da neuromielite óptica; e dispõe que a Neuromielite Óptica/Espectro da Neuromielite Óptica - NMO/ENMO seja considerada doença grave, nos termos

do inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e do § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 203/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 482/2019) - que "aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 216/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 383/2020) - que "aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos sobre Cooperação e Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Aduaneiros, assinado em Puerto Vallarta, Jalisco, México, em 23 de julho de 2018".

PROJETO DE LEI Nº 2.468/2011 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera o art. 980-A da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), inserido pela Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011, que instituiu a empresa individual de responsabilidade limitada".
EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Reduz o limite mínimo do capital social integralizado para constituição de empresa individual de responsabilidade limitada e estabelece a aplicação do tratamento tributário simplificado do programa Simples Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 11.157/2018 - do Sr. Diego Garcia - que "altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para incluir, na Política Nacional do Livro, medidas de estímulo à criação, manutenção e atualização de bibliotecas públicas e escolares".
EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera as Leis nºs 8.313, de 1991 e 12.462, de 2011.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 82/2019 - do Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos - que "aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018".

PROJETO DE LEI Nº 2.021/2019 - do Sr. Léo Moraes - que "altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos de transporte coletivo de passageiros objeto de pena de perdimento. "

PROJETO DE LEI Nº 145/2019 - da Sra. Renata Abreu - que "acrescenta o art. 52-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para obrigar os fornecedores de produtos e serviços de natureza bancária, creditícia, financeira e securitária a alertar os consumidores sobre as fraudes mais frequentes, aplicadas por terceiros, relacionadas às suas operações".

PROJETO DE LEI Nº 1.989/2019 - do Sr. Capitão Alberto Neto - que "dispõe sobre a utilização das taxas de controle de incentivos fiscais (TCIF) e de serviços (TS), devidas à SUFRAMA".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 82/2019 - do Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos - que "aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018".

PROJETO DE LEI Nº 1.077/2019 - do Sr. Capitão Alberto Neto - que "altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, para estabelecer prazo máximo para análise de proposta de um Processo Produtivo Básico - PPB".

PROJETO DE LEI Nº 4.450/2020 - do Senado Federal - Antonio Anastasia - que "dispõe sobre os fundos filantrópicos emergenciais. "

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 379/2020 - do Sr. Lucas Vergílio - que "susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do art. 4º, § 1º, inciso IV e do art. 9º da Resolução CNSP nº 382, de 2020, do Conselho Nacional de Seguros Privados, que dispõe sobre princípios a serem observados nas práticas de conduta adotadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e intermediários, no que se refere ao relacionamento com o cliente, e sobre o uso do cliente oculto na atividade de supervisão da Susep, na forma por ela definida, além de dar outras providências".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 289/2016 - do Sr. Miguel Lombardi - que "dá nova redação ao inciso III, do art. 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com suas alterações posteriores, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências, para o fim de garantir a contratação preferencial pela Administração Pública direta e indireta, especialmente a dos Municípios, de pequenos e micro empreendedores produtores de hortifrutigranjeiros estabelecidos localmente e, assim, promover o desenvolvimento e o fortalecimento da microeconomia local".

PROJETO DE LEI Nº 10.686/2018 - do Sr. Carlos Henrique Gaguim - que "dispõe sobre a destinação do Fundo Nacional de Segurança Pública".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 254/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 447/2020) - que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (Acordo RDT&E), assinado em Miami, em 8 de março de 2020"

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 484/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 165/2021) - que "aprova o texto do Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência, celebrado em Brasília e em Washington, em 19 de outubro de 2020".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 609/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 290/2021) - que "aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 331/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 382/2020) - que "aprova o texto do Acordo

entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre Cooperação e Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, assinado em Abu Dhabi, em 27 de outubro de 2019".

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 610/2021 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 674/2019) - que "aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018".

PROJETO DE LEI Nº 401/2020 - do Sr. Gilson Marques - que "altera a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências, para dispor sobre os recintos alfandegados".

PROJETO DE LEI Nº 5.365/2019 - do Sr. Fábio Trad - que "altera o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 e o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, com o fim de estabelecer prazo de noventa dias para alienação antecipada de veículo apreendido decorrente da prática de contrabando ou descaminho e dá outras providências".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 167/2012 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera o art. 166 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que "dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios", para prever a propositura de ação regressiva por outrem que provar a assunção do encargo financeiro decorrente de obrigação tributária".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 144/2020 - dos Srs. Paulo Ganime e Adriana Ventura - que "modifica a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para unificar os cadastros fiscais da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios".

PROJETO DE LEI Nº 4.054/2019 - do Sr. Joaquim Passarinho - que "modifica a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das ações orçamentárias da Agência Nacional de Mineração que tenham como fonte de recursos a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)".

PROJETO DE LEI Nº 8.840/2017 - do Sr. Alceu Moreira - que "Altera a Lei n.º 10.925, de 23 de julho de 2004, que "reduz alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências e dá outras providências", para possibilitar a habilitação definitiva de pessoa jurídica para utilização de créditos presumidos no prazo de até dois terços daquele fixado para termo final do projeto aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento".

Parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 46/2015 - da Sra. Erika Kokay - que "acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal, para estabelecer a obrigatoriedade de um Anexo de Metas destinadas a Crianças e Adolescentes".
EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei complementar nº 101, de 2000.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 128/2015 - do Sr. Rubens Bueno - que "susta a aplicação do art. 7º, inciso III, da Portaria nº 357, de 15 de outubro de 2012, do Ministério da Fazenda, que dispõe sobre o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios diários de financiamentos concedidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP". (Apensado: PDC 186/2015)

PROJETO DE LEI Nº 1.561/2015 - do Sr. William Woo - que "altera a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014 para permitir a quitação da taxa que especifica por meio de compensação com os créditos próprios do contribuinte, na forma que estabelece". (Apensado: PL 4171/2015)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21/2020 - do Sr. Rafael Motta - que "susta a aplicação da Portaria nº 1.675, de 20 de janeiro de 2020, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, que delega competência ao Presidente da empresa pública federal BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDS, para alienar a participação acionária da União no capital social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV".

PROJETO DE LEI Nº 2.460/2019 - do Sr. Amaro Neto - que "altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para incluir, entre os beneficiários de atendimento prioritário do programa, os policiais civis e militares".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2019 - do Sr. Mauro Benevides Filho - que "veda a realização de programa de regularização tributária, de recuperação fiscal ou de qualquer outra forma de parcelamento de caráter geral pelo prazo de cinco anos".

PROJETO DE LEI Nº 2.397/2021 - do Sr. Leonardo Gadelha - que "altera a Lei nº 10.233, de 2001, para dispor sobre isenção de tarifa de pedágio para veículos elétricos".

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 42/2020 - do Sr. José Guimarães - que "altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, de modo a definir como confiscatória a

exigência, de pessoas de baixa renda, de tributos sobre o consumo, em patamar superior a 50% dos apurados segundo as regras gerais aplicáveis".

Outros pareceres

PROJETO DE LEI Nº 4.810/2016 - do Sr. Rafael Motta - que "altera o Art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Estabelece a dispensa de licitação para a contratação de fundações e associações sem fins lucrativos de pessoas com deficiência.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.810/2016 e da emenda da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.810/2016 e da emenda da CPD.

PROJETO DE LEI Nº 10.747/2018 - do Sr. Andre Moura - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de monitoramento por câmeras de segurança nas proximidades de escolas e hospitais" (Apensado: PL 10783/2018)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 10.783/2018, apensado e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 10.747/2018 e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 162/2019 - do Senado Federal - Randolfe Rodrigues - (PLS 188/2014) - que "altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para permitir à Fazenda Pública confirmar informação prestada por beneficiário de ação ou programa que acarrete despesa pública e divulgar incentivo ou benefício tributário de natureza setorial cujos beneficiários sejam pessoas jurídicas".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 6.217/2016 - do Sr. Félix Mendonça Júnior - que "altera o Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, para incluir a possibilidade de contestação prévia por parte do sujeito passivo".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.217/2016 e da Emenda apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 6.217/2016, e da Emenda apresentada na CFT, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 1.328/2019 - do Sr. Otto Alencar Filho - que "modifica os arts. 9º, 14 e 15 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterada pela lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para estabelecer repasse anual mínimo dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para as agências estaduais de fomento".

RELATORA: Deputada ALÉ SILVA.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 6.723/2013 - do Sr. Onofre Santo Agostini - que "altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estabelecer a possibilidade de se oferecer os recursos de previdência privada como garantia de operações de crédito e dá outras providências". (Apensados: PL 8273/2014 e PL 1208/2015 (Apensados: PL 1743/2015 e PL 6333/2016))

RELATOR: Deputado WALTER ALVES.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.723/2013 e dos PLs nºs 8.273/2014, 1.208/2015, 1.743/2015 e 6.333/2016, apensados, da Emenda apresentada ao Substitutivo anterior; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 6.723/2013, dos PLs nºs 8.273/2014, 1.208/2015, 1.743/2015 e 6.333/2016, apensados, da Emenda apresentada ao Substitutivo anterior, com Substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 6.094/2013 - do Sr. Vicente Candido e outros - que "altera as leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para reajustar os valores das tabelas progressivas mensais do imposto de renda de pessoas físicas, das deduções por dependente, das despesas com educação e dá outras providências". (Apensados: PL 5205/2016, PL 5288/2016 (Apensados: PL 6470/2016 (Apensado: PL 3192/2019), PL 6816/2017, PL 3977/2019, PL 4192/2019 e PL 4591/2019), PL 5308/2016 (Apensado: PL 2890/2019) e PL 3737/2019)

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.094/2013, e dos PLs nºs 5.205/2016, 5.308/2016, e 3.737/2019, apensados; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PLs nºs 5.288/2016, 6.470/2016, 6.816/2017, 3.977/2019, 4.192/2019, 4.591/2019, 2.890/2019, e 3.192/2019, apensados; e no mérito pela aprovação do PL nº 6.094/2013, e dos PLs nºs 5.205/2016, 5.308/2016, e 3.737/2019, apensados, com substitutivo.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 143/2019 - do Sr. Marcos Pereira - que "determina que os recursos destinados ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual não serão objeto de limitação de despesa".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 4.557/2008 - do Senado Federal - Pedro Simon - (PLS 338/2005) - que "altera o art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para classificar como prática abusiva a disponibilidade de crédito por meio de remessa ao consumidor de cartão de crédito não solicitado". (Apensado: PL 219/2007 (Apensados: PL 2044/2007, PL 2985/2008 e PL 4969/2009))

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.557/2008, e dos PLs nºs 2.044/2007, 2.985/2008, 4.969/2009, e 219/2007, apensados, e da Emenda 1/2009 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.557/2008, com emenda; e pela rejeição da Emenda 1/2009 apresentada na CFT, e dos PLs nºs 2.044/2007, 2.985/2008, 4.969/2009, e 219/2007, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 2.988/2020 - do Sr. Alexis Fonteyne - que "altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral para impedir que o cancelamento do Título de Eleitor implique na suspensão do Cadastro de Pessoa Física".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2021 - do Sr. Efraim Filho - que "altera a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, para permitir a prorrogação, por até 15 (quinze) anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria".

RELATOR: Deputado DA VITORIA.

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária, com substitutivo; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2020 - do Sr. Gustavo Fruet - que "altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, para prever a dação em pagamento de bens móveis como modalidade de extinção do crédito tributário durante períodos de calamidade pública. "

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com substitutivo; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 2.911/2020 - do Sr. Lucas Redecker - (PL 2256/2020) - que "altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar até 31 de dezembro de 2022, o prazo de vigência das alíneas "b" e "c", do VIII, do art. 8º, que trata da desoneração da folha de pagamento do setor coureiro-calçadista".

RELATOR: Deputado NEWTON CARDOSO JR.

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 365/2019 - do Sr. Alceu Moreira - que "dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Crimes Rurais, nos municípios com mais de noventa e cinco mil habitantes".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, com emenda, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com subemenda.

PROJETO DE LEI Nº 2.598/2007 - do Sr. Geraldo Resende - que "obriga os estudantes de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional, que concluírem a graduação em instituições públicas de ensino ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a prestarem serviços remunerados em comunidades carentes de profissionais em suas respectivas áreas de formação". (Apensados: PL 3265/2008 (Apensados: PL 7694/2010 (Apensados: PL 7988/2010, PL 326/2011, PL 3820/2012 (Apensado: PL 7732/2017) e PL 4616/2012 (Apensado: PL 1739/2021)), PL 248/2011, PL 1963/2011, PL 5998/2013 e PL 1977/2015), PL 4474/2008 (Apensado: PL 4346/2012), PL 6050/2009 (Apensado: PL 1390/2019), PL 6103/2009, PL 6482/2009 (Apensado: PL 2864/2019), PL 6550/2009 (Apensados: PL 5577/2013 (Apensado: PL 6407/2019) e PL 6029/2013), PL 2592/2011, PL 5449/2013, PL 8056/2014, PL 937/2015, PL 1129/2015, PL 4863/2019 e PL 3775/2020)

PARECER: e pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.775/2020, e do PL nº 6.407/2019, apensado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.598/2007, e dos PLs nºs 3.265/2008, 4.474/2008, 6.103/2009, 6.482/2009, 6.550/2009, 2.592/2011, 5.449/2013, 8.056/2014, 937/2015, 1.129/2015, 4.863/2019, 7.694/2010, 248/2011, 1.963/2011, 5.998/2013, 1.977/2015, 6.050/2009, 4.346/2012, 1.390/2019, 2.864/2019, 5.577/2013, 6.029/2013, 7.988/2010, 326/2011, 3.820/2012, 4.616/2012, 7.732/2017, e 1.739/2021, apensados, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, e da Subemenda Adotada pela Comissão de Educação 1 e 2.

PROJETO DE LEI Nº 9.543/2018 - do Senado Federal - Eduardo Braga - (PLS 505/2013) - que "cria a Tarifa Social de Água e Esgoto". (Apensado: PL 1630/1999 (Apensados: PL 7433/2002, PL 6987/2010, PL 6572/2013, PL 1419/2015 e PL 5685/2016))

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 9.543/2018, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PLs nºs 1.630/1999, 6.987/2010, 6.572/2013, 1.419/2015, 5.685/2016, e 7.433/2002, apensados, do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 9.543/2018, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 1.232/2021 - do Sr. Lucas Redecker - que "prorroga por 1 (um) ano os prazos de isenção e de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2021".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 14.060 de 2020.

RELATOR: Deputado ALEXIS FONTEYNE.

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 106/2017 - do Sr. Vinicius Carvalho - que "propõe que a Comissão de Finanças e Tributação adote as medidas necessárias para que seja realizado ato de fiscalização e controle sobre o valor arrecadado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com a realização de seu Exame de Ordem Unificado para o exercício da advocacia".

RELATÓRIO: pelo arquivamento.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 122/2017 - do Sr. Enio Verri - que "propõe atos de fiscalização e controle junto aos órgãos responsáveis pelo pagamento dos vencimentos, indenizações ou de qualquer outro tipo de espécie remuneratória para os servidores públicos e membros dos Poderes e demais entidades da República Federativa do Brasil ativos, inativos e a título de pensão conforme justificado".

RELATÓRIO: pela implementação.

PROJETO DE LEI Nº 1.735/2011 - da Sra. Sandra Rosado - que "altera a redação dos arts. 134 e 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, para determinar a alocação de recursos nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios para o financiamento e a manutenção dos Conselhos Tutelares". (Apensados: PL 1993/2011 e PL 2544/2011)

PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.735/2011, do PL nº 1.993/2011, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família; e pela não implicação do PL nº 2.544/2011, apensado, em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.544/2011, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 1.599/2015 - do Sr. Ronaldo Carletto - que "dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPJ) para os rendimentos auferidos a qualquer título pelos pais de deficientes físicos e mentais".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.599/2015, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com emenda; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.599/2015, na forma do Substitutivo da CPD.

PROJETO DE LEI Nº 4.758/2020 - do Sr. Enrico Misasi - que "dispõe sobre a fidúcia e dá outras providências".

PARECER: pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei nº 4.758/2020, e das Emendas nºs 1 e 2 apresentadas ao Substitutivo; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.758/2020, com Substitutivo, e da Emenda nº 2 ao Substitutivo; e pela rejeição da Emenda nº 1 ao Substitutivo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 558/2012 - do Sr. Edinho Araújo - que "susta a aplicação do disposto no art. 2º, inciso I, parte final, do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, e no art. 10, inciso I, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 24 de novembro de 2011". (Apensado: PDC 391/2016)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Susta a aplicação da exigência de transferência mínima da União para celebração de convênio ou contrato de obras e serviços de engenharia. **PARECER:** pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo nº 558/2012, e do PDC nº 391/2016, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PDC nº 558/2012, e do PDC nº 391/2016, apensado, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 2.598/2007 - do Sr. Geraldo Resende - que "obriga os estudantes de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional, que concluírem a graduação em instituições públicas de ensino ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a prestarem serviços remunerados em comunidades carentes de profissionais em suas respectivas áreas de formação". (Apensados: PL 3265/2008 (Apensados: PL 7694/2010 (Apensados: PL 7988/2010, PL 326/2011, PL 3820/2012 (Apensado: PL 7732/2017) e PL 4616/2012 (Apensado: PL 1739/2021)), PL 248/2011, PL 1963/2011, PL 5998/2013 e PL 1977/2015), PL 4474/2008 (Apensado: PL 4346/2012), PL 6050/2009 (Apensado: PL 1390/2019), PL 6103/2009, PL 6482/2009 (Apensado: PL 2864/2019), PL 6550/2009 (Apensados: PL 5577/2013 (Apensado: PL 6407/2019) e PL 6029/2013), PL 2592/2011, PL 5449/2013, PL 8056/2014, PL 937/2015, PL 1129/2015, PL 4863/2019 e PL 3775/2020)

PARECER: e pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.775/2020, e do PL nº 6.407/2019, apensado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.598/2007, e dos PLs nºs 3.265/2008, 4.474/2008, 6.103/2009, 6.482/2009, 6.550/2009, 2.592/2011, 5.449/2013, 8.056/2014, 937/2015, 1.129/2015, 4.863/2019, 7.694/2010, 248/2011, 1.963/2011, 5.998/2013, 1.977/2015, 6.050/2009, 4.346/2012, 1.390/2019, 2.864/2019, 5.577/2013, 6.029/2013, 7.988/2010, 326/2011, 3.820/2012, 4.616/2012, 7.732/2017, e 1.739/2021, apensados, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, e da Subemenda Adotada pela Comissão de Educação 1 e 2.

PROJETO DE LEI Nº 9.543/2018 - do Senado Federal - Eduardo Braga - (PLS 505/2013) - que "cria a Tarifa Social de Água e Esgoto". (Apensado: PL 1630/1999 (Apensados: PL 7433/2002, PL 6987/2010, PL 6572/2013, PL 1419/2015 e PL 5685/2016))

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 9.543/2018, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PLs nºs 1.630/1999, 6.987/2010, 6.572/2013, 1.419/2015, 5.685/2016, e 7.433/2002, apensados, do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 9.543/2018, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 1.232/2021 - do Sr. Lucas Redecker - que "prorroga por 1 (um) ano os prazos de isenção e de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos

atos concessórios do regime especial de drawback que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2021".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 14.060 de 2020.

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 1.836/2007 - do Senado Federal - Cícero Lucena - (PLS 28/2007) - que "altera o § 1º do art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluído pela Lei nº 10.424, de 15 de abril de 2002, para acrescentar ao Sistema Único de Saúde - SUS o fornecimento de medicamentos de uso continuado não sujeitos a controle especial, entre outros, necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio". (Apensados: PL 3054/2008, PL 960/2011 (Apensados: PL 3383/2012 e PL 691/2015), PL 4746/2012, PL 2578/2015 e PL 6959/2017 (Apensados: PL 7932/2017 e PL 2395/2019))

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.836/2007, dos PL's nºs 2.578/2015, 6.959/2017, 3.383/2012, 7.932/2017, 2.395/2019, apensados, do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PL's nºs 3.054/2008, 960/2011, 4.746/2012, e 691/2015, apensados.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 53/2015 - do Sr. Júlio Cesar - que "propõe que a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados com auxílio do Tribunal de Contas da União apure a ausência de classificação de recursos por parte do Ministério da Fazenda".

RELATÓRIO: pelo arquivamento.

PROJETO DE LEI Nº 1.690/2015 - do Sr. Hélio Leite - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a presença de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1690/2015, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação, com subemendas.

PROJETO DE LEI Nº 3.084/2019 - do Sr. Marcos Pereira - que "altera a lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para restringir o rol de empresas sujeitas à averbação pré-executória de bens pela Fazenda Pública"

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.084/2019, da Emenda apresentada na Comissão de Finanças e Tributação, e da emenda apresentada ao Substitutivo; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.084/2019, e da Emenda apresentada ao Substitutivo, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda apresentada na CFT.

PROJETO DE LEI Nº 5.256/2016 - dos Srs. Walter Alves e Dr. Jaziel - que "regulamenta a profissão de bugueiro turístico e dá outras providências".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 8.989, de 1995.

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 3.826/2019 - do Sr. Luiz Lima - que "cria o "Orçamento Criança" e dá outras providências".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 3.415/2015 - do Sr. Evair de Melo - que "institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Agricultor Familiar no Entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.415/2015, das Emendas Adotadas pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável nºs 1/2015, 2/2015, 3/2015, 4/2015 e 5/2015, e das Emendas Adotadas pela Comissão Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural nºs 1/2015 e 2/2015; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.415/2015, das Emendas Adotadas pela CAPADR nºs 1/2015 e 2/2015, e pela rejeição das Emendas Adotadas pela CMADS nºs 1/2015, 2/2015, 3/2015, 4/2015 e 5/2015.

PROJETO DE LEI Nº 1.685/2015 - do Sr. Aelton Freitas - que "isenta do imposto sobre produtos industrializados (IPI) os computadores pessoais, smartphones, tablets, notebooks, modems, seus acessórios e afins, quando adquiridos por pessoa com deficiência física, visual ou auditiva". (Apensado: PL 1949/2015)

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.685/2015, do PL nº 1.949/2015, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e, no mérito, pela aprovação do PL 1.685/2015, do Substitutivo da CPD, e do PL 1949/2015, apensado. APROVADO O PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO, APRESENTAÇÃO DE SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 4.430/2019 - do Sr. Zé Vitor - que "acrescenta o inciso III ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para prever a possibilidade de se estabelecer, nos processos de licitação, margem de preferência para produtos orgânicos certificados de acordo com a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 196/2019 - do Sr. Roberto de Lucena - que "acresce dispositivo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências"". (Apensado: PL 975/2019)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 196/2019, do PL nº 975/2019, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 196/2019, do PL nº 975/2019, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela CIDOSO, com subemendas.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2020 - do Sr. Pompeo de Mattos - que "altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para fixar as alíquotas máximas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com combustíveis". (Apensado: PLP 83/2021)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 10/2020 e do PLP nº 83/2021, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PLP Nº 10/2020, e pela rejeição do PLP nº 83/2021, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 1.359/2011 - da Sra. Iracema Portella - que "altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, definindo critérios para a diretrizes para doação ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) e utilização dos recursos". (Apensado: PL 2924/2011 (Apensados: PL 7602/2017 (Apensado: PL 281/2019) e PL 2640/2021))

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera dispositivo da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.359/2011, dos PLs nºs 2.924/2011, 7.602/2017 e 281/2019, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; pela adequação financeira e orçamentária do PL nº 2.640/2011, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.359/2011, dos PLs 2.924/2011, 7.602/2017, 281/2019 e 2.640/2021, apensados, e do Substitutivo adotado pela CSPCCO, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 9.966/2018 - do Senado Federal - Ronaldo Caiado - (PLS 225/2017) - que "dispõe sobre a assistência ao paciente com diabetes mellitus no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 9.966/2018, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda.

PROJETO DE LEI Nº 1.778/2019 - do Sr. David Soares - que "altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre o procedimento de doação de

mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento a entidades sem fins lucrativos". (Apensado: PL 5362/2020)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.778/2019, e do PL nº 5.362/2020, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.778/2019, e do PL nº 5.362/2020, apensado, com substitutivo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60/2020 - do Sr. Zé Neto - que "susta a Instrução Normativa nº 10, de 10 de fevereiro de 2020, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que altera a Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicafe, no âmbito do Poder Executivo Federal". (Apensado: PDL 448/2020)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo nº 60/2020, e do PDL nº 448/2020, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PDL nº 60/2020, e pela rejeição do PDL nº 448/2020, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 1.293/2021 - do Poder Executivo - que "dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.293/2021; das Emendas apresentadas na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51 de 2021; das Emendas ao Substitutivo da CAPADR nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50 de 2021, e das Emendas apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação nºs 1, 2 e 3 de 2021, e pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas apresentadas na CAPADR nºs 1, 2, 3, 4 de 2021, e da Emenda ao Substitutivo da CAPADR nº 28 de 2021; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.293/2021, na forma do Substitutivo adotado pela CAPADR, com subemenda, e pela rejeição das Emendas apresentadas na CFT nºs 1, 2, 3 de 2021.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 280/2013 - do Sr. Aureo - que "estabelece regras de transparência na aplicação de recursos em eventos públicos patrocinados pelo Poder Público". (Apensados: PLP 275/2016, PLP 288/2016 e PLP 540/2018)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 280/2013 e dos PLPs nºs 275/2016, 288/2016, e 540/2018, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PLP 280/2013 e dos

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2015 - do Sr. Fausto Pinato - que "altera a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para esclarecer que as alíquotas de ISS aplicáveis às sociedades de advogados optantes pelo Simples Nacional sejam fixas, conforme legislação municipal em vigor".

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 5.421/2005 - do Sr. Eduardo Valverde - que "altera os art. 22 e 23 da Lei nº 8.666, de 1993, instituindo o pregão eletrônico nas licitações da Administração Pública Federal". (Apensados: PL 1662/2007, PL 1661/2007 (Apensado: PL 4027/2008) e PL 4647/2009)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.421/2005, e dos PLs nºs 1.661/2007, 1.662/2007, 4.027/2008 e 4.647/2009, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.421/2005, e pela rejeição dos PLs nºs 1.661/2007, 1.662/2007, 4.647/2009, e 4.027/2008, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 910/2019 - do Sr. Samuel Moreira - que "altera a Lei no 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências, para alterar os critérios de julgamento em licitações de concessão e arrendamento e para criar o Fundo de Investimento em Infraestrutura Portuária".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 910/2019, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transportes, com emenda; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 910/2019, com subemenda.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 8/2007 - do Senado Federal - Alvaro Dias - (PLS 134/2006) - que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para definir regras para as despesas em segurança pública por parte do Governo Federal, e dá outras providências". (Apensados: PLP 15/2007 (Apensado: PLP 175/2012), PLP 73/2011 e PLP 337/2013)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Proíbe a limitação de empenho e de movimentação financeira referentes às despesas previstas nos programas de segurança pública, salvo se aprovado o contingenciamento pelo Legislativo.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 8/2007, e dos PLPs nºs 15/2007, 73/2011, 175/2012, e 337/2013, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 8/2007, e pela rejeição dos PLPs nºs 15/2007, 73/2011, 175/2012 e 337/2013, apensados.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 319/2016 - do Sr. Rogério Peninha Mendonça - que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fim de estabelecer reajuste anual dos limites de aplicação do Simples Nacional".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 255/2020 - dos Srs. Paulo Ganime e Alexis Fonteyne - que "dispõe sobre o termo de distribuição de procedimento fiscal".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 5.172 de 1966.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 6.504/2019 - do Sr. Felipe Carreras - que "dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar o turismo e dá outras providências".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 5.149/2020 - do Senado Federal - Mara Gabrilli - que "altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para prorrogar a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis de passageiros e para estender o benefício para as pessoas com deficiência auditiva". (Apensado: PL 3940/2020 (Apensados: PL 5447/2020 e PL 1404/2021))

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.149/2020, e dos PLs nºs 5.447/2020, 1.404/2021 e 3.940/2020, apensados, e da Emenda Adotada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Com Deficiência; e, no mérito, pela aprovação PL nº 5.149, de 2020, dos PLs nºs 5.447/2020, 1.404/2021, e 3.940/2020, apensados, e da Emenda Adotada pela CPD, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 4.367/2020 - do Sr. Pompeo de Mattos - que "de forma excepcional fica criado para os anos de 2020 e 2021, um abono anual (14º salário) em favor dos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma estabelecida nesta lei". (Apensado: PL 5641/2020)

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.367/2020, com emendas, e pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 5.641/2020, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família, e do PL 5641/2020, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 1.765/2019 - do Sr. Júnior Ferrari - que "altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997".

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.765/2019, do Substitutivo adotado pela Comissão Viação e Transportes, e da Emenda ao Substitutivo da CVT, com subemenda; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.765/2019, e do Substitutivo adotado pela CVT, com subemenda.